Juventudes
do **Agora**

www.juventudesdoagora.com.br

Sumário

04 Ficha técnica

14 Apresentação

30 Precisamos apoiar nossas juventudes AGORA!

36 07 compromissos prioritários com as juventudes brasileiras para 2023

38 Por que uma política para e com as juventudes?

44 Oito passos para a construção de um Plano Nacional para e com as Juventudes

52 A hora de agir é agora! Qual seu papel no Plano Nacional de Políticas para e com as Juventudes

Juventudes do Agora

Iniciativa:
Atlas das Juventudes

Coordenação Geral
Marcus Barão
Mariana Resegue

Coordenação Executiva
Wesla Monteiro

Equipe
Bárbara Cavalcante de Andrade
Camila Ribeiro
Camila Vaz
Gabriella Mesquita
Larissa Moura
Mathaus Torres
Taina Santos

Parceiros Técnicos
Instituto Cíclica
Instituto Veredas

Equipe de pesquisa
Coordenação:
Laura dos Santos Boeira - Instituto Veredas
Camila Farias da Silva - Instituto Cíclica
Carolina Scherer Beidacki - Instituto Veredas
Cristiano Nicola Ferreira - Instituto Cíclica
Ivone dos Passos Maio - Instituto Cíclica
Osmar Belusso - Instituto Veredas
Victória Paulo Menin - Instituto Veredas

Quality advisors
Cris Villanova
Gabriel Medina

Conselho Consultivo
Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE
Engajamundo
Fórum Nacional de Conselhos de Juventude
Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude - FORJUVE
Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude das Capitais
Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA
Instituto Igarapé
Mapa Educação
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura - OEI
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Renova BR
Todos Pela Educação
Uneafro Brasil
União Nacional dos Estudantes - UNE

Comitê de Jovens
Adrieli Albertti
Bernardo Achkar Kröhling
Cindy Lúcia Silva Carvalho
Darlienne Souza Lemos (Darlly Tupinambá)
Djankaw Kilombola de Lima Marques
Leticya Samara de Lima Costa
Mailson Cruz de Aguiar
Olivânia Karoline Cabral Gomes
Ramon Matheus dos Santos e Silva
Ronald de Jesus Castro
Vitória de Paula Silva
Yazmin Safatle

Participantes das Oficinas de Aprimoramento
Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas - ABRAÇA
Academia Latino-Americana de Liderança - LALA
Ambiafro
Archipelago
Ashoka
Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira – REDEJUBRA
Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura
Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior
Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ
Centro Paula Souza
Coletivo Autista da USP - CAUSP
Coletivo Miri
Coletivo Poeticamente de Dança
Coletivo Resistir
Comissão Especial de Planejamento e Execução Municipal de Políticas Públicas para a Juventude - Prefeitura de Natal/RN

Conselho das Juventudes do Estado do Pará - COJUEPA/PA
Conselho de Políticas Públicas de Juventude do Estado de Sergipe - CONEJUVE/SE
Conselho Estadual da Juventude de Minas Gerais - CEJUVE/MG
Conselho Estadual da Juventude de São Paulo - CEJ/SP
Conselho Estadual da Juventude de Sergipe - CONEJUVE/SE
Conselho Estadual da Juventude do Espírito Santo - CEJUVE/ES
Conselho Estadual de Juventude da Bahia - CEJUVE/BA
Conselho Estadual de Juventude de Alagoas - CONJUVE/AL
Conselho Estadual de Juventude de Goiás - CONJUV/GO
Conselho Estadual de Juventude de Pernambuco - CEPPJ/PE
Conselho Estadual de Juventude de Roraima - CONJUR/RR
Conselho Estadual de Juventude de Santa Catarina - CONJUVE/SC
Conselho Estadual de Juventude do Maranhão - CEJOVEM/MA
Conselho Estadual de Juventude do Mato Grosso - CONJUV/MT
Conselho Estadual de Juventude do Mato Grosso do Sul - CONJUV/MS
Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR
Conselho Estadual de Juventude do Rio de Janeiro - COJUERJ/RJ
Conselho Estadual de Juventude do Rio Grande do Norte - CEJUV/RN
Conselho Estadual dos Direitos da Juventude do Piauí - CEDJUV/PI
Conselho Municipal da Juventude de Dourados - CMJ
Conselho Municipal da Juventude de Salvador - COMJUV
Conselho Municipal da Juventude de Upanema/RN
Conselho Municipal de Juventude de Cuiabá - Cuiabá/MT
Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE
Conselho Tutelar de Cubati/PB
Cooperação da Juventude Amazônida para o Desenvolvimento Sustentável - COJOVEM
Coordenação de Políticas dos Direitos para Juventude - Prefeitura de Vitória/ES
Coordenação de Políticas para a Juventude - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia
Coordenação Municipal Juventude - Prefeitura de São Luís/MA
Coordenadoria da Juventude - Prefeitura de Campinas/SP
Coordenadoria da Juventude do Governo do Estado do Piauí
Coordenadoria da Juventude do Governo do Estado do Piauí
Coordenadoria de Juventude - Superintendência da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer do Governo do Estado de Rondônia
Coordenadoria de Políticas Públicas e Direitos da Juventude - Prefeitura de Bagre/PA
Coordenadoria de Políticas Públicas para a Juventude - Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Estado do Paraná
Coordenadoria de Políticas Públicas para o Esporte e Juventude - Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Governo do Estado do Roraima
Coordenadoria Especial da Juventude - Secretaria de Estado do Esporte, do Lazer e da Juventude do Governo do Estado de Sergipe
Coordenadoria Municipal da Juventude - Prefeitura de Macapá/AP
Departamento da Juventude - Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres do Governo do Estado do Acre
Departamento de Políticas para a Juventude - Prefeitura de Rio Branco/AC
Departamento de Políticas Públicas para a Juventude - Prefeitura de Porto Velho/RO
Departamento Municipal da Juventude - Prefeitura de Bom Jesus das Selvas/MA
Diário Antirracista
Diretoria de Políticas para a Juventude - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Diretoria de Políticas para as Juventudes - Prefeitura de Belo Horizonte/MG
Diretoria de Políticas para Juventude - Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Governo do Estado do Tocantins
Educafro
Elas no Poder
Enactus Brasil
Engajamundo
Escola de Gente
Estação Conhecimento
Estação Conhecimento de Serra
Eureca
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude - FORJUVE
Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude das Capitais
Frente Parlamentar de Juventude do Pará
Fundação Arymax
Fundação Dom Cabral - FDC
Fundação Educar
Fundação FEAC
Fundação Municipal da Infância e Juventude - Prefeitura de Palmas/TO
Fundação Roberto Marinho
Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Santa Catarina
Global Opportunity Youth Network - GOYN/SP
Instituto Alair Martins - IAMAR
Instituto Ayrton Senna
Instituto Desportivo Educacional Social E Cultural - Idesc - Parauabebas/PA
Instituto Igarapé
Instituto Mapinguari
Instituto Reciclar
Instituto Sou da Paz
Instituto Viver Periferia
Instituto Vladimir Herzog
Itaú Educação e Trabalho
Juventude da REDE
Juventude do Cidadania - Juventude 23
Juventude do MDB - JMDB
Juventude do Partido dos Trabalhadores - JPT
Juventude do Partido Verde - JPV
Juventude do PSB - JSB
Juventude do PSDB - JPSDB
Juventude do Republicanos - Jovens Republicanos
Juventude Empreendedora
Juventude Socialista - PDT
Legião das Vanguardas da Juventude - LVJ
Luta pela Paz
Mapa Educação
Marcha Mundial das Mulheres
Minha Campinas
Movimento Acredito
Movimento Negro Unificado
Movimento Unificado Vamos Ocupar - MUVUCA
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO
Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura - OEI
Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Politize
Porvir
Prefeitura de Várzea Alegre
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
Projeto Direito Nosso
PwC Brasil
Rede Autoestima-se
Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS
Rede Delas

RenovaBR
Repense - Rede De Pesquisadores Negres de Estudos da Linguagem
Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva
Secretaria Adjunta Especial de Políticas para Juventude - Prefeitura de Maceió/AL
Secretaria da Juventude - Prefeitura de Fortaleza/CE
Secretaria de Esporte e Juventude do Governo do Estado do Ceará
Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer - Prefeitura de Manaus/AM
Secretaria de Esportes e Juventude - Prefeitura de Porto Alegre/RS
Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer do Governo da Paraíba
Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Juventude do Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude do Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude do Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Juventude - Prefeitura de Cuité/PB
Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação - Prefeitura de João Pessoa/PB
Secretaria de Políticas para a Juventude - Prefeitura de Campo Grande/MS
Secretaria de Políticas para Mulheres Infância e Juventude - Prefeitura de Salvador/BA
Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania do Governo do Estado do Pará
Secretaria Executiva da Juventude do Governo do Estado da Paraíba
Secretaria Executiva de Juventude - Prefeitura de Recife/PE
Secretaria Executiva de Juventude - Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Governo do Estado do Amazonas
Secretaria Executiva de Políticas para a Criança e Juventude - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria Extraordinária de Políticas para a Juventude do Governo do Estado do Amapá
Secretaria Municipal da Juventude - Prefeitura de Teresina/PI
Secretaria Municipal da Juventude e do Esporte - Prefeitura de

Aracaju/SE
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude - Prefeitura de Florianópolis/SC
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Prefeitura de São Paulo/SP
Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - Prefeitura de Belém/PA
Secretaria Municipal de Juventude - Prefeitura de Lagoa Nova/RN
Secretaria Municipal de Juventude - Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ
Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude - Prefeitura de Curitiba/PR
Secretário de Estado de Ação Comunitária e Juventude do Governo do Estado do Rio de Janeiro
Subcoordenadoria de Articulação Institucional da Juventude do Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Subsecretaria de Direitos Humanos - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Minas Gerais
Subsecretaria de Juventude - Secretaria de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo
Subsecretaria de Juventude - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas para Juventude do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
Superintendência da Criança, Adolescente e Juventude - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Goiás
Superintendência da Juventude - Prefeitura de Goiânia/GO
Superintendência de Juventude do Governo do Estado de Alagoas
Superintendência de Juventude do Governo do Estado do Rio de Janeiro
Todos Pela Educação
Uneafro
União Brasileiras dos Estudantes Secundaristas
União da Juventude Brasileira
União da Juventude Socialista - UJS
União Jovem do Brasil
União Nacional dos Estudantes - UNE
Uniclima
United Way Brasil
Visão Mundial Brasil
Youth Climate Leaders
Youth Voices Brasil

Entrevistas
Ângela Cristina Santos Guimarães

Assis Filho
Bruna Chaves Brelaz
Danilo Moreira
Elisa Guaraná de Castro
Enid Rocha Andrade da Silva
Gabriel Medina
Virgínia Barros

Facilitação Oficinas de Aprimoramento
Recontar

Supervisão da publicação
Laura dos Santos Boeira

Revisão de conteúdo
Marcel Carvalho

Revisão gramatical
Marcel Carvalho

Marca, Diagramação e Site
Webinhood

Fotografias
Luis Signorini Novaes

Campanha de Mobilização
Parceria Instituto Kondzilla e Kondzilla

Vídeo Institucional
Maloka Filmes

Assessoria de Imprensa
Clarissa Beretz

Realização

Em Movimento
Ashoka
Grupo +Unidos
Impact Hub São Paulo
Instituto Arapyaú
Instituto Elos
Itaú Educação e Trabalho

Pacto das Juventudes
AIESEC

Brasil Júnior
Choice
CONAJE
Conselho Nacional da Juventude
Engajamundo
Escoteiros do Brasil
Presentysmo
Rolezinho

Apoiadores
Fundação Tide Setúbal
Global Opportunity Youth Network - GOYN
Instituto Arapyaú
Instituto Clima e Sociedade
Itaú Educação e Trabalho
Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI

O Brasil muda com o poder das juventudes

As juventudes brasileiras são DIVERSAS, POTENTES e INOVADORAS e precisam ter os DIREITOS previstos no Estatuto da Juventude garantidos.

A MAIOR GERAÇÃO DE JOVENS DA HISTÓRIA

O Brasil é lar de quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (¼ da população). Isso é o que podemos chamar de "bônus demográfico". Nunca houve tantos jovens. É possível que nunca mais tenhamos uma janela de oportunidades como esta, com tamanho potencial para o progresso econômico e desenvolvimento social.

A maior geração de jovens da história do país representa uma oportunidade extraordinária. São milhões de jovens, que, em diferentes realidades, experimentam uma fase determinante de transição de ciclo de vida, na busca pela construção da sua autonomia. Neste caso, quando um país é capaz de efetivar os direitos da sua população jovem, todo esse potencial pode se concretizar como crescimento e prosperidade para todas as pessoas. Porém, para que este cenário seja possível, é fundamental promover o pleno desenvolvimento de jovens em seus territórios e, dessa maneira, garantir que possam realizar seus potenciais coletivos e individuais, concretizar sonhos, aprender, inovar e participar ativamente da economia e da sociedade, como protagonistas, em todas as suas esferas.

Em contraste com todo esse potencial, as juventudes brasileiras vivem uma realidade de constante violação de seus direitos e estão mais expostas a uma série de vulnerabilidades sociais. As evidências apontam para um contexto excludente, violento e desafiador que acaba por impor barreiras para o desenvolvimento das juventudes. Caso este cenário não seja revertido, o Brasil vive o risco de ter uma geração inteira impactada e desperdiçar a oportunidade de alavancar o seu crescimento utilizando como força motriz a maior população de jovens da sua história.

Essa é ainda uma questão urgente: o contingente jovem brasileiro deve chegar ao fim do século reduzido à quase metade de sua magnitude atual, diminuindo as possibilidades da prosperidade da nação.

Em 2060, um em cada quatro brasileiros terão 65 anos ou mais. Isso significa que temos agora uma

janela única e urgente de oportunidades de ação com as juventudes brasileiras e, consequentemente, para as gerações futuras.

Diante do conjunto de desafios cada vez mais visíveis e do aumento das demandas das juventudes é preciso identificar as prioridades certas. É determinante fortalecer os mecanismos da sociedade para apresentar respostas imediatas às questões emergenciais, mas também compreender a necessidade de se consolidar uma agenda pública capaz de construir caminhos concretos para o enfrentamento de desafios estruturais, rompendo com ciclos de ineficiência na ação política e social, e assumindo compromissos de longo prazo com as juventudes brasileiras para a mudança das suas realidades e a de todo o país.

O momento é agora!

A LUTA POR UMA POLÍTICA DE ESTADO

A maior geração de jovens do nosso país demanda o compromisso do Estado Brasileiro em elaborar um plano intersetorial e interfederativo, capaz de garantir o investimento necessário e a integralidade de direitos, com espaço para que jovens possam participar, cobrar, pressionar e efetivamente serem protagonistas em sua implementação.

A luta por um Plano Nacional de Juventude - PNJ se estende há quase duas décadas no país. Foram muitas as pessoas e organizações que somaram forças nesse sentido e, apesar de algumas conquistas importantes, até hoje, o Brasil não conseguiu consolidar uma real Política de Estado voltada às juventudes.

Diante das diversas crises que o país enfrentou e enfrenta, a agenda foi desmobilizada e um Plano Nacional de Juventude nunca saiu do papel. No momento em que as juventudes mais precisam, com o agravamento dos índices de violência, de desemprego, de fome, de piora na saúde mental, de educação e das desigualdades, há a ausência de respostas capazes de reverter o quadro de exclusão ao qual as juventudes estão expostas. As evidências demonstram nitidamente a descontinuidade ou fragilização de políticas públi-

cas históricas e importantes, além “do sumiço das juventudes” dos programas orçamentários governamentais e a baixa execução orçamentária voltada a esse público: milhões de jovens não puderam contar com o Estado brasileiro para oferecer políticas e condições plenas para seu desenvolvimento integral, e viram desigualdades crescerem ao longo das últimas décadas.

Por isso uma Política de Estado se faz tão necessária: estruturante, mais complexa, robusta e longínqua, podem atravessar os governos e são mais resilientes em momentos de mudança ou crise. Essa é uma conquista importante e urgente para as juventudes, para o Brasil e deve constar como agenda estratégica nas jornadas de lutas da sociedade civil e nos compromissos de agentes públicos.

É essencial unir esforços pela inclusão e participação ativa das juventudes no processo democrático, na construção de um novo pacto social e nos programas de governo assumindo o compromisso com uma Política de Estado para e com as Juventudes, uma política de longo prazo, com metas, objetivos, financiamentos e comprometimento de toda a sociedade, gerando um novo pacto social para o pleno desenvolvimento das juventudes. A hora de assumir essa posição é agora, conscientes de que a reconstrução e o desenvolvimento social sustentável do país dependem de uma geração ativa, plena, diversa, saudável e viva de jovens.

Chegou a hora de mudar esse cenário! Por isso o Atlas das Juventudes iniciou o ‘Juventudes do Agora’.

JUVENTUDES DO AGORA

O Juventudes do Agora é uma iniciativa com a missão de fortalecer a democracia participativa e o protagonismo juvenil na consolidação de uma Política de Estado e de uma agenda de desenvolvimento para o Brasil.

Em um processo envolvendo diferentes formas de participação de jovens, com um time sólido de especialistas e sustentado por evidências, realizamos a construção do documento "Juventudes do Agora: Diretrizes e Bases de uma Política Para e Com as Juventudes" que você lê agora, a partir do qual construímos uma estratégia de incidência nas eleições de 2022, nas candidaturas e na mobilização massiva de jovens em todo o Brasil, com um plano de influência que se estenderá também ao período pós-eleitoral, na transição governamental e na definição das prioridades para os 100 primeiros dias de Governo e do Legislativo, até a proposição do Plano Nacional da Juventude.

Um caminho consistente e coletivo

Para a construção do documento de diretrizes e bases e as estratégias de intervenção, consideramos fundamental reunir as melhores evidências disponíveis. Além da plataforma de dados sistematizada pelo Atlas das Juventudes, realizamos estudos e pesquisas em planos nacionais de outras áreas temáticas e em planos estaduais e municipais de juventude existentes no Brasil, além de planos nacionais de políticas de juventude de 07 países do mundo e também o plano de políticas de juventudes da União Europeia. Reunimos um conjunto de pesquisadores e especialistas em políticas de juventude, políticas sociais e na construção, monitoramento e avaliação de planos nacionais de políticas transversais em mais uma parceria com o Instituto Veredas, Instituto Cíclica e com Consultores Especialistas.

Compreendendo a importância das pessoas e organizações que participaram ativamente da história de lutas pela ampliação dos direitos das juventudes no país, realizamos entrevistas com formuladores, políticos, pesquisadores, especialistas, ex-Secretários Nacionais de Juventude, ex-presidentes do Conselho Nacional da Juventude e jovens lideranças, no sentido de compreender os desafios e complexidades de se conduzir um processo de disputa e construção de uma

Política de Estado voltada às juventudes. Essas pessoas representam as mãos que nos trouxeram até aqui, honrando a história de luta que já foi construída para a efetivação dos direitos das juventudes.

A partir da construção do texto-base do documento, na busca por reunir a riqueza da diversidade de conhecimentos e experiências existentes, realizamos uma série de seis oficinas de aprimoramento, que contou com mais de 70 pessoas e organizações de todo o Brasil, e que foram organizadas pelos grupos:

Conselhos de Juventude

Organizações e Lideranças Juvenis

Gestores Municipais de Políticas de Juventude

Gestores Estaduais de Políticas de Juventude

Organizações do Terceiro Setor / Investimento Social Privado

Representações Políticas

Conselho Consultivo do Juventudes do Agora

Construímos também um modelo consistente e inovador de governança, capaz de apoiar o desenvolvimento do Juventudes do Agora, em 05 círculos de governança:

Iniciado em 2021, realizamos um profundo processo de colaboração para chegar no documento que você lê agora. Foram muitas as mãos que construíram este processo, pois para chegarmos efetivamente na aprovação de um Plano Nacional de Juventudes, precisamos do envolvimento de todos os setores da sociedade.

Mobilização para a participação social das juventudes

“Nada para jovens, sem jovens! Tudo para jovens, com jovens! Não acreditamos que uma política pública possa ser construída para as juventudes sem envolvê-las como protagonistas desde o momento da concepção até a sua execução. Neste sentido, instituímos um Comitê de Mobilização e nos associamos a um conjunto de parceiros para elaborar e coordenar um plano de mobilização das juventudes e desenvolver as estratégias e conteúdos para a sua execução.

Além disso, em parceria com o Instituto Kondzilla e a Kondzilla, realizamos a campanha “Voto é Atitude”, uma série de vídeos em diferentes formatos e plataformas para engajar os jovens a tirarem o título e a irem votar. A primeira parte da campanha já foi ao ar, atingiu mais de 3 milhões de alcance, integrando uma grande articulação da sociedade civil na mobilização para que 2,2 milhões de jovens tirassem o título até maio de 2022, uma marca histórica!

Com o lançamento do Caderno de Diretrizes e Bases e da Plataforma do Juventudes do Agora, seguimos também com a mobilização para que as juventudes brasileiras possam ampliar a sua participação ativa nas eleições em 2022, continuem se engajando e exercendo o direito da participação social, bem como para o fortalecimento do Juventudes do Agora como agenda comum e de incidência no processo de concretização de uma Política de Estado.

O que você vai encontrar neste documento?

Este documento é composto pelo resumo das Diretrizes e Bases para a efetivação de uma Política de Estado Para e Com as Juventudes no Brasil. Buscamos trazer os principais fundamentos e evidências que precisam compor a construção do processo do Plano Nacional.

Aqui neste documento, qualquer pessoa que se interessa por direitos das juventudes poderá encontrar o resumo do porquê de uma Política Nacional para e com as Juventudes se faz tão necessária atualmente no Brasil; a história da luta pelos direitos das juventudes; os 7 compromissos prioritários que precisamos ter com as juventudes brasileiras em 2023, e os oito passos do caminho que precisamos trilhar para a efetivação do Plano; evidências com base no Atlas das Juventudes e os dados mais atualizados que encontramos disponíveis para cada eixo dos direitos previstos no Estatuto da Juventude; e por fim, uma chamada para a ação para diferentes atores da sociedade entenderem o seu papel para que possamos chegar na efetivação do plano!

Convidamos você a acessar o documento completo e a saber mais em:

WWW.JUVENTUDESDOAGORA.COM.BR

O lançamento do documento é só o início de um processo de envolvimento e engajamento de toda a sociedade brasileira e seus diferentes atores para que possamos efetivamente garantir os direitos das juventudes e proporcionar um desenvolvimento sustentável para o nosso país, sem deixar ninguém para trás. Esperamos que você se sinta parte e se envolva conosco nesse caminho. **Vamos juntos e juntas nessa?**

A gente muda o nosso país, com o poder das juventudes

Coordenação Geral:

Marcus Barão é Coordenador Geral do Atlas das Juventudes e Presidente do Conjuve (Conselho Nacional da Juventude)

Mariana Resegue é jornalista, Coordenadora Estratégica do Em Movimento e Coordenadora Geral do Atlas das Juventudes.

Nesse guia você vai encontrar:

- Dados sobre as juventudes no Brasil;
- 07 compromissos prioritários com as juventudes brasileiras para 2023;
- Linha do tempo das políticas voltadas às juventudes no país;
- Passos para a construção de um Plano Nacional para e com as Juventudes;
- O papel de cada um e cada uma em tornar a Política Nacional para e com as Juventudes uma realidade.

Precisamos apoiar nossas juventudes agora!

São quase 50 milhões de jovens no Brasil hoje.

Em 2020, a taxa nacional de abandono escolar na rede pública de ensino foi de 5,2%, com abandono maior nos níveis socioeconômicos mais baixos e entre a juventude negra.

A política foi o tema de maior interesse de jovens que responderam à etapa de imersão qualitativa do Atlas das Juventudes, sendo que 54% indicaram que eram ligados a alguma causa ou defendiam alguma bandeira. Já na pesquisa Juventude e Conexões apenas 11% não se reconheceram em nenhuma das alternativas possíveis de atuação social e engajamento político.

Em agosto de 2021, de acordo com o IBGE, na faixa etária de 14 a 17 anos, 46% das pessoas estavam em busca de trabalho. Já na faixa etária de 18 a 24 anos, o desemprego afetava 31% das pessoas.

A Pesquisa sobre Ambiente Educacional no Brasil indicou que 60,2% dos estudantes LGBTQIA+ afirmaram sentir insegurança nas escolas em função da sua orientação sexual, e 42,8% em razão da maneira como expressavam seu gênero.

A insegurança alimentar atinge jovens e suas famílias! Na população urbana brasileira, 35% vivem em insegurança alimentar leve; 10,9% em insegurança alimentar moderada e 12% com insegurança alimentar grave. Já na população rural, 33% em insegurança alimentar leve, 14,9% em insegurança alimentar moderada e 12% em insegurança alimentar grave.

As juventudes são as principais vítimas de mortes violentas no país! Entre 2009 a 2019, o IPEA indicou que jovens representaram 53% das vítimas de violência letal no Brasil - uma geração inteira perdida.

Além disso, em 2020, 76% das vítimas de intervenções policiais com resultado em morte tinham menos de 30 anos, com destaque à faixa etária de 18 a 24 anos, correspondendo a 44,5%.

A chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes maior do que as pessoas não negras - a taxa de mortalidade entre indígenas cresceu 21,6% nos últimos anos!

O percentual de acesso à Internet entre jovens, em 2020, foi elevado: entre 16 a 24 anos é de 96%; e entre 25 a 30 anos é de 92% de utilização da Internet nessa faixa etária.

Apenas 13% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) têm diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude.

50% das condições de saúde mental começa até os 14 anos de idade e 75% até os 24 anos de idade, mas a maior parte (aproximadamente 80%) dessas pessoas, hoje, não acessa diagnóstico ou tratamento.

Em 2015, de acordo com a PNAD, 41,2 milhões de jovens habitavam o meio urbano e 7,1 milhões habitando o campo (meio rural, sertão, rios, florestas).

A juventude é a faixa etária que mais pratica esportes no Brasil e também a que mais abandona a prática esportiva. Na idade escolar, o abandono gira em torno de 27,3% entre os jovens de 15 anos e 45,3% entre 16 e 24 anos.

Para acessar mais dados sobre as juventudes, leia o documento completo de diretrizes e bases para uma política para e com as juventudes ou o Atlas das Juventudes.

Com a chegada de um novo ciclo eleitoral,

se renovam as esperanças e oportunidades de fazer mais e melhor para o país. Fortalecer o Brasil passa pelas juventudes, afinal é esta geração que precisa estar plenamente desenvolvida, saudável, educada, segura e criativa para cumprir sua função de transformação social. São quase 50 milhões de brasileiros e brasileiras aguardando o momento em que as lideranças públicas assumirão o compromisso de torná-los prioridade. Há 7 ações urgentes relacionadas com a efetivação de um Plano Nacional de Políticas para e com as Juventudes.

07 COMPROMISSOS

PRIORITÁRIOS COM AS JUVENTUDES BRASILEIRAS PARA 2023

1 A construção participativa e aprovação do Plano Nacional de Políticas para e com as Juventudes, com políticas, metas e objetivos para os próximos 10 anos, inaugurando a "Década das Juventudes Brasileiras";

2 O reposicionamento da Secretaria Nacional da Juventude na Presidência da República, com status de Ministério;

3 A reativação do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude - COIJUV como instância de governança intersetorial;

4 A efetivação do Sistema Nacional da Juventude - SINAJUVE como mecanismo para a governança intersetorial e interfederativa;

5 A garantia de financiamento da Política Nacional para e com as Juventudes, com ações programáticas intersetoriais e criação de fundo específico para as políticas de juventude e dotação orçamentária, estabelecendo o Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE como instância deliberativa deste fundo;

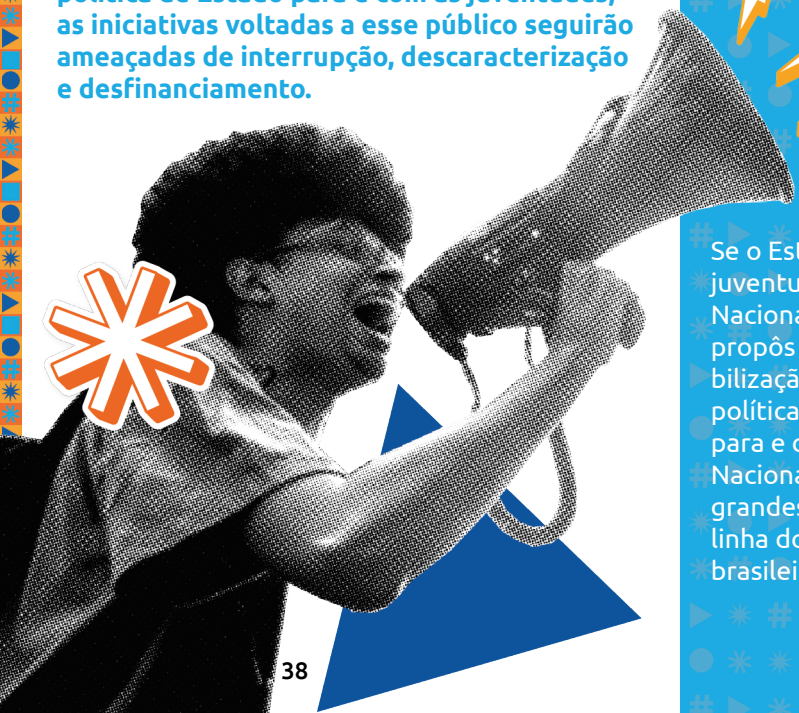
6 A realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude com o papel de Conferência Revisora da proposta do Plano Nacional de políticas para e com Juventudes;

7 Formulação e validação de estratégia participativa para o monitoramento e a avaliação das políticas de juventudes, superando a atual lacuna de dados, por meio de um compromisso de governos, sociedade civil e universidades na criação de um Observatório Nacional das Políticas de Juventudes.

Por que uma política para e com as juventudes?

A população jovem brasileira vive em meio a um paradoxo: dela se espera muito, mas para ela pouco se destina. Existe muito potencial na população jovem, que demanda recursos e esforços para se desenvolver plenamente. Na realidade, encontram um cenário de não-garantia de direitos, negligência e desinvestimento, sofrendo gravíssimos impactos negativos durante a pandemia.

Se não planejarmos e implementarmos uma política de Estado para e com as juventudes, as iniciativas voltadas a esse público seguirão ameaçadas de interrupção, descaracterização e desfinanciamento.



Desde 2013, quando foi aprovado o Estatuto da Juventude, esse público aguarda a efetivação dos seus direitos em uma política nacional. É uma geração inteira de jovens que se tornou adulta sem enxergar o compromisso público com as suas demandas! Há uma história de luta e conquistas, por parte dos jovens, que colheu importantes frutos, tais como a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005, e a publicação da Lei do Estatuto da Juventude, em 2013.

Através do Estatuto, direitos como educação, saúde e trabalho foram aprofundados, e outras pautas prioritárias, como os direitos à participação social, ao território, à sustentabilidade e à diversidade sexual e de gênero, foram afirmadas.

Se o Estatuto definiu e afirmou os direitos das juventudes, a regulamentação de um Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), em 2018, propôs o desenho institucional e a corresponsabilização dos órgãos estatais para a promoção de políticas públicas de juventude. O Plano Nacional para e com as Juventudes e a 4ª Conferência Nacional de Juventude são os dois próximos grandes passos que precisamos dar na histórica linha do tempo da consolidação das juventudes brasileiras como sujeitos de direitos.

Momentos históricos das políticas para juventudes

1990 — Publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

2005 — Criação do CONJUVE e da SNJ e lançamento do ProJovem

2008
- 1ª Conferência Nacional de Juventude
- Criação de secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias e conselhos de juventude nos municípios e estados e dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude

2010 — Publicação da Emenda Constitucional nº65, que inclui o termo "jovens" na Constituição, assumindo compromisso com os interesses da juventude

2011 — 2ª Conferência Nacional de Juventude

2013 — Publicação do Estatuto da Juventude

2015 — 3ª Conferência Nacional de Juventude

2018 — Regulamentação do SINAJUVE e revisão da proposta de um Plano Nacional de Juventude

CONTRA OS ATAQUES
A REFORMA
ESTUDANTES
NAU
NEOLIAV
LHADORES
PAL

Oito passos para a construção de um Plano Nacional para e com as Juventudes

O caminho a seguir exige a colaboração de diferentes atores-chave que, ao mesmo tempo, podem oferecer apoio às juventudes e colher os frutos de uma nova era de políticas sociais, comprometidas com o desenvolvimento social e com um Brasil justo, vibrante e próspero.

1 Garanta que as juventudes participem ativamente e se reconheçam no Plano.

O direito à participação social e política, afirmado no Estatuto da Juventude, é peça-chave na construção de um Plano Nacional. Jovens devem ser engajados na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Em cada etapa, a diversidade das juventudes brasileiras deve ser reconhecida e celebrada.

Fortalecer a atuação e garantir o orçamento para os conselhos e as conferências nacional, estaduais, distritais, municipais, livres e de povos e comunidades tradicionais, com adoção de metodologias de acompanhamento e incorporação das deliberações, e atualização dos modelos de funcionamento para se adequar às demandas das juventudes, promovendo maior identificação e engajamento.

Reconhecer, incluir e valorizar as formas de participação protagonizadas pelas juventudes nos territórios locais, a partir do desenvolvimento de mecanismos, presenciais e online, para que as demandas de coletivos não-institucionalizados e de iniciativas comunitárias sejam apoiadas com recursos e incorporadas ao processo de tomada de decisão governamental.

Democratizar e ampliar o acesso à informação adotando novas linguagens e formas de comunicação, que gerem maior alcance, pertencimento e engajamento. É recomendável formar e garantir recursos para jovens comunicadores e multiplicadores, canais descentralizados de informação e campanhas escolares e comunitárias.

Criar mecanismos de participação que acolham a diversidade das juventudes, garantindo representatividade de gênero, identidade e orientação sexual, raça/etnia/cor, condição socioeconômica, juventudes rurais e de comunidades e povos tradicionais, juventudes com deficiências, juventudes egressas do sistema prisional e em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros marcadores sociais.

Incorporar ao Plano a garantia de oferta e de recursos para formação de agentes sociais jovens, contendo plataformas de acesso a conhecimento e a informações, dado que tal iniciativa qualifica e fortalece o processo de participação social.

2 Garanta que as juventudes participem ativamente e se reconheçam no Plano.

Conhecer as propostas e diretrizes já pactuadas nos eixos do Estatuto da Juventude, nas Conferências de Juventude, em documentos de referência de organizações engajadas com as juventudes e nas agendas de desenvolvimento social mundial, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Validar se propostas estabelecidas estão atualizadas e contextualizadas com a participação de jovens de diferentes regiões do país e estabelecendo ações com prioridade máxima para auxiliar as gestões a focar seus esforços.

3 Construa um plano informado por evidências.

O Plano deve refletir os melhores e mais recentes dados e pesquisas disponíveis, a fim de garantir que tenha maior chance de atender às necessidades da população jovem e promover ações que sejam verdadeiramente custo-efetivas. **O Atlas das Juventudes,** por exemplo, é uma plataforma que agrega dados e evidências científicas sobre as juventudes brasileiras para diferentes temas.

Estimular a produção científica e a disseminação de evidências sobre juventudes, inclusive tendo jovens como protagonistas na elaboração dos estudos e das análises. Promover oficinas com pesquisadores/as, gestores/as e jovens para identificação de demandas de pesquisa, lacunas de conhecimento e co-produção de análises de dados é uma forma de qualificar a elaboração e o monitoramento do plano e das ações e programas direcionados às juventudes.

4 Elabore o plano prevendo a governança intersetorial e integrada das ações.

Uma governança eficiente deve ser intersetorial, interfederativa e bem integrada às estruturas políticas e de governo, visto que uma política setorial sozinha não é capaz de propor soluções que abarquem a complexidade de demandas das juventudes.

Co-construir e garantir uma definição nítida das ações a serem executadas, a indicação dos responsáveis para cada ação e o estabelecimento de canais formais de comunicação e interação entre os segmentos envolvidos.

Valorizar o controle social e o protagonismo das juventudes, garantindo espaços de diálogo e deliberação permanente entre os órgãos públicos com a sociedade civil, com ampla participação de jovens em sua diversidade e fortalecimento dos Conselhos de Juventude.

5 Especifique fontes orçamentárias para sua implementação.

Garantir orçamento próprio para as políticas de juventudes nos três níveis administrativos, indicado com clareza nos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), por meio de programas e/ou objetivos e ações orçamentárias correspondentes.

Assegurar que o orçamento das juventudes seja intersetorial, contemplando os diferentes direitos do Estatuto da Juventude, ao mesmo tempo, garantir os recursos para que a Secretaria Nacional de Juventude coordene e articule a política para e com as juventudes.

Incorporar ao SINAJUVE a criação e regulamentação de um Fundo das Juventudes, nas três esferas administrativas, para financiar as políticas e ações para a juventude em âmbito nacional, estadual e municipal.

6 Valide e dissemine o Plano com atores e atrizes-chave.

Garantir a diversidade de atores e atrizes--chave na etapa de validação do Plano, a fim de assegurar que todas as perspectivas estarão consideradas e representadas no texto final do Plano. A representação deve se dar tanto em termos de papéis como sociedade civil, gestão, academia e público-alvo da política, quanto em relação a populações específicas, como juventudes LGBTQIA+, negra, mulheres, quilombola, indígena, privada de liberdade e em cumprimento de medida socioeducativa, rural, periférica, em situação de rua, com deficiência e neuroatípica.

Tomar os devidos cuidados para garantir que os processos de validação e disseminação do Plano sejam verdadeiramente inclusivos. É necessário optar por formatos (consultas e audiências públicas, conferências, diálogos deliberativos, entre outros) e ferramentas (diferentes formatos de publicação, uso de linguagem simples e inclusiva, entre outras) que assegurem o acesso e participação de juventudes que têm necessidades específicas. Nesse sentido, é importante também que exista um planejamento prévio pactuado entre participantes e que conte com processos de sistematização e facilitação que garantam a escuta e amplificação de todas as vozes.

7 Inclua instrumentos de monitoramento e avaliação

Integrar ao Plano uma estratégia concreta de acompanhamento de resultados, consolidando um painel de indicadores mensuráveis, consistentes e coerentes com os objetivos e metas do Plano e seu orçamento.

Avaliar as políticas de juventudes, especialmente aquelas consideradas estruturantes, por meio de estudos mais aprofundados sobre seu impacto e efetividade, superando a atual lacuna de dados, por meio de um compromisso de governos e universidades.

Fomentar um monitoramento participativo multicanal e divulgar de forma acessível os dados gerados, por meio de hackatons, relatórios, painéis online, (info)gráficos, recursos audiovisuais, sites colaborativos e diálogos com atores-chave, potencializando a tomada de decisão baseada em evidências pelos diversos atores.

Criar um Observatório Nacional das Juventudes, proposto pelo governo em parceria com a sociedade civil e as universidades, para garantir transparência de dados e monitoramento colaborativo.

8 Tire o plano do papel para a vida real.

Mapear e engajar atores e atrizes-chave para atuação nos momentos decisórios, com o intuito de agilizar a tramitação do projeto no Legislativo. Conhecer previamente as pautas prioritárias de parlamentares e ter materiais customizados para apresentação do plano para cada bancada, por exemplo, podem ser boas estratégias de mobilização.

É importante convocar gestores e gestoras do Executivo das áreas relacionadas aos direitos das juventudes para que incluam ações voltadas para esse público em seus planejamentos setoriais, além da mobilização de deputados e deputadas para a aprovação do plano.

Identificar previamente os possíveis facilitadores e barreiras à concretização do Plano em diferentes contextos e planejar rotas alternativas para a sua implementação. A realização de consultas públicas, audiências públicas e diálogos deliberativos tem grande potencial para mapeamento de barreiras e facilitadores. A programação de oficinas, capacitações e mesas de debate e negociação pode e deve acompanhar o Plano a fim de construir uma rede fortalecida para a sua implementação.

Estabelecer parcerias e cooperações com organismos internacionais e outras organizações para um aporte financeiro inicial pode ser importante para dar os primeiros passos do Plano, enquanto a aprovação de uma fonte orçamentária especificamente destinada ao plano ainda estiver em tramitação.

A hora de agir é AGORA!

Qual o seu papel no Plano Nacional de políticas para e com as juventudes?

Um Plano Nacional é uma construção coletiva, envolvendo diversas pessoas e organizações em suas etapas de mobilização, implementação e monitoramento. A criação colaborativa de objetivos e metas permite enxergar o compromisso e a responsabilidade de cada um/a na efetivação do Plano. O caráter democrático das políticas de juventudes, com a participação da sociedade e respeito às diversidades, depende da articulação dos diversos setores e entes da federação.

Por isso, é essencial implementar efetivamente o SINAJUVE - Sistema Nacional da Juventude, sistema estratégico para operacionalizar as atividades previstas no Plano e possibilitar o monitoramento de forma integrada, intersetorial e transversal. A gestão do SINAJUVE é da SNJ e CONJUVE, com participação do COIJUV e dos Estados e Municípios por meio de gestores e conselhos estaduais e municipais. A atuação em rede e a articulação do Poder Público com a sociedade civil podem potencializar as políticas de juventude no país, mas demandam uma coordenação forte e diretrizes que podem ser adequadas a diferentes contextos.

Conheça alguns exemplos de ações que podem ser desempenhadas em prol de um Plano Nacional de políticas para e com as juventudes:

Poder Executivo

A Secretaria Nacional da Juventude tem papel central na coordenação das ações de mobilização, implementação e monitoramento do plano, articulando órgãos do Governo Federal. Cada etapa deve ser acompanhada da destinação de recursos financeiros e da criação de espaços articulados com outros atores, sobretudo garantindo o protagonismo das juventudes.

Outros ministérios devem se comprometer com o Plano e se engajar na criação da articulação interministerial através do COIJUV - Comitê Interministerial de Políticas de Juventude, com coordenação da SNJ e participação do CONJUVE, além de incluir expressamente as juventudes em seus planejamentos, programas e projetos.

Governos estaduais, distrital e municipais são peças estratégicas para que as ações do plano se concretizem no nível local, devendo levar em conta as particularidades e necessidades específicas de cada região, garantindo também a participação de organizações da sociedade civil, em especial aquelas protagonizadas por jovens. Gestores e gestoras de juventude podem apoiar a criação de planos, fundos, conselhos e órgãos gestores a nível local, além de fomentar a realização das conferências locais.

Poder Legislativo

O **Congresso Nacional** deve garantir a aprovação do Plano Nacional por meio de uma tramitação célere, mas sempre respeitando a participação ativa dos diversos segmentos das juventudes brasileiras. Nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, a aprovação de políticas contextualizadas ao nível local, mas baseadas no Plano Nacional, são recomendadas.

Poder Judiciário

O **Poder Judiciário** como um todo deve estar comprometido com o plano, atuando na fiscalização da efetivação da política das juventudes. Ao mesmo tempo em que deve promover estratégias de combate a judicialização de práticas juvenis, adotando a perspectiva de jovens enquanto sujeitos de direitos e não de "problema ou conflito com a lei", também deve formular meios para ampliar o acesso à justiça para jovens em situação de vulnerabilidade.

Sociedade civil

Movimentos sociais e coletivos de juventudes, além de atuar na mobilização das juventudes para a participação na elaboração do plano, podem acompanhar a implementação do Plano, fiscalizando sua efetivação, principalmente em relação aos grupos jovens em situações de maiores vulnerabilidades.

O **CONJUVE,** enquanto órgão de participação e controle social, é um ator fundamental em todas as etapas de implementação do Plano, devendo levantar as demandas das diferentes juventudes brasileiras para garantir sua inclusão nas metas e objetivos do plano. Para isso, é indispensável seu engajamento na realização da Conferência Nacional da Juventudes, com a participação mais diversa possível das juventudes.

Conselhos Estaduais e Municipais de Juventudes devem mobilizar as juventudes no âmbito local para que se engajem nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais da Juventude na participação da elaboração do plano, assim como podem pressionar e fiscalizar as gestões locais para inserção das temáticas das juventudes em suas agendas políticas.

Partidos políticos devem estar engajados na aprovação do plano a partir da consolidação de espaços de participação das juventudes em todos os níveis federativos, promovendo debates públicos e garantindo o protagonismo das suas juventudes partidárias em seus diretórios.

Universidades, Institutos e Fundações de Pesquisa podem contribuir com a produção de conhecimento científico sobre as juventudes para embasar a elaboração do Plano, mas também na construção de dados, indicadores, instrumentos e estratégias de monitoramento e avaliação.

Instituições e entidades financiadoras, assim como **Organizações Internacionais,** podem destinar recursos financeiros a instituições de pesquisa para a realização de diagnósticos sobre a realidade das juventudes brasileiras e financiar organizações da sociedade civil para contribuir na implementação das atividades no âmbito local. Também produzem conhecimento e podem ofertar uma boa qualidade de referências de ações locais em outros países.

As **ONGs que trabalham com juventudes** podem contribuir tanto na oferta de informações e recursos para as juventudes participarem da elaboração do Plano, quanto no auxílio a governos nacionais e locais na implementação das ações em seus territórios.

Sindicatos, conselhos profissionais e gerências dos serviços da rede intersetorial (por exemplo, escolas, serviços de saúde, locais de promoção de cultura, entre outros) podem oferecer diretrizes e formações para que seus trabalhadores e suas trabalhadoras incorporem as resoluções das Conferências de Juventudes e dos Planos nacionais, estaduais e municipais de juventudes no cotidiano das suas atividades.

As instituições do setor privado podem contribuir desde a promoção de eventos para mobilizar as juventudes na participação da elaboração, implementação e monitoramento do Plano, quanto na prestação de suporte político e financeiro às organizações e a jovens que executam atividades localmente.

Os **veículos de comunicação formais e alternativos** possuem uma responsabilidade fundamental na divulgação dos espaços de construção do plano e nas ações desenvolvidas a partir dele, de forma a estimular a participação das juventudes e proporcionar o acesso à informação por meio de canais amigáveis e interativos.

E então, como você vai afirmar seu compromisso com as juventudes brasileiras em 2022?

Juventudes
do **Agora**

www.juventudesdoagora.com.br